

PROGRAMA ESCOLA ABERTA DE NOVO HAMBURGO, REFLETINDO SOBRE O LAZER DENTRO DESTA ESPAÇO

Leandro Forell
Mauro Myskiw

RESUMO

O presente artigo faz reflexões sobre as possibilidades de lazer dentro do programa escola aberta (PEA), utilizando-se de dados de uma pesquisa qualitativa explorou-se a relação entre a pretensão e a prática do PEA, a contextualização das práticas de lazer na conjuntura local e a desvalorização do lazer sob o aspecto de políticas públicas e sua diluição dentro de outros programas. Estas reflexões serviram de subsídio para apontar a necessidade de se pensar no lazer com um direito social.

Palavras-chave: lazer, programa escola aberta, políticas públicas

ABSTRACT

The present article proposes reflections about the possibility concerning leisure inside the opened school program (OSP). It uses data from a qualitative research exploiting the relation between intention and practice of OSP. The contextualization of leisure practices in the local conjunction and the devaluation of leisure in the perspective of public policies and its insertion in other programs. These reflections support as a device to point out the need of reflection in leisure as a social right.

Keywords: leisure, opened school program, public policies

RESUMEN

El presente artículo hace reflexiones sobre las posibilidades de ocio dentro del programa escuela abierta (PEA), utilizándose de datos de una investigación cualitativa se exploró la relación entre la pretensión y la práctica del PEA, la contextualización de las prácticas de ocio en la conjuntura local y la desvalorización del ocio bajo el aspecto de políticas públicas y su dilución dentro de otros programas. Estas reflexiones sirvieron de subsidio para apuntar la necesidad de se pensar en el ocio como un derecho social.

Palabras-claves: ocio, programa escuela abierta, políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um aprofundamento teórico a respeito do Programa Escola Aberta (PEA) tendo como base o material empírico coletado para a constituição da dissertação de mestrado de um dos autores sobre o trabalho voluntário dentro deste espaço.

Esta pesquisa se deu de forma qualitativa e descritiva tendo como referencial metodológico os estudos de caso com a característica de multicase (MOLINA, 1999), o estudo foi realizado em quatro escolas onde ocorre o PEA. Neste estudo, utilizou-se entrevistas semi-estruturadas e o diário de campo como instrumentos de produção de

dados. Todos os informantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido tendo suas identidades preservadas.

É importante refletir sobre este programa na perspectiva das políticas públicas uma vez que este espaço de interação cultural se constituiu no *locus* de pesquisa de um projeto maior.

Neste sentido, estruturamos o presente artigo em quatro momentos no qual pretendemos imprimir uma certa linearidade na redação, embora, saibamos que a realidade empírica seja umedecida pelo combustível da heterogeneidade e explodida pela chama da contradição.

ESCOLA ABERTA ENTRE A PRETENSÃO E A REALIDADE LOCAL

Quando se pensa na formulação de um programa de políticas públicas, via de regra, se tem o objetivo de dar conta de demandas da sociedade ou de parte dela. O PEA apresenta em sua formulação teórica objetivos, eixos estruturantes e conteúdos e tipos de oficinas; durante o trabalho de campo pode-se constatar a existência de algumas práticas; a pretensão deste capítulo é a de poder fazer algumas relações entre as práticas observadas e a formulação teórica.

O objetivo Geral do PEA é: “contribuir para a melhoria da qualidade da educação, a inclusão social e a construção da cultura da paz” (BRASIL 2007, p.14). Já os objetivos específicos são: “Promover e ampliar a integração entre escola e comunidade. Ampliar as oportunidades de acesso a espaços de promoção da cidadania. Contribuir para a redução das violências na comunidade Escolar” (BRASIL 2007, p.14).

Os eixos estruturantes são a educação, a cidadania¹ e a inclusão social², Neste sentido a formatação teórica do PEA procura uma formulação que articule estes três segmentos em diferentes tipos de conteúdos.

Vinculados estreitamente a esses eixos e a partir da proposta de transversalidade, propõem-se os seguintes princípios a serem observados no planejamento das oficinas e nas abordagens dos seus conteúdos:

- Solidariedade (ética da cooperação)
- Respeito à diversidade: cultural, étnica, lingüística, religiosa, de orientação sexual, de classe social
- O trabalho como meio de transformação do homem e da sociedade
- Preservação do meio ambiente (patrimônio natural e construído)
- Autonomia
- O lazer como direito social e como tempo e espaço

¹ Para o PEA: Uma outra expressão a ser mencionada é “cidadania”, entendida aqui como objetivo geral (legal e teórico) da educação básica e resultado de acesso a diversas políticas públicas – relativas a direitos sociais – que carecem de espaço para sua oportunização. A escola pode tornar-se, assim, espaço para o desenvolvimento de ações sociais comunitárias, de realização de atividades que valorizem a cultura local e atendam a necessidades da comunidade. (BRASIL 2007, p.15)

² Para o PEA: “O conceito de inclusão social relaciona-se ao acesso de todos aos benefícios que a sociedade puder oferecer. Baseia-se no respeito às diferenças, no exercício da cidadania e madignidade humana. “(BRASIL 2007 p.29).

de organização (BRASIL 2007, p. 31)

E por fim estes conteúdos são concretizados em oficinas que para a formulação podem ser de dois tipos:

1. Oficinas planejadas a partir da pesquisa que o coordenador escolar realizará na comunidade, identificando os interesses e necessidades dos moradores. As oficinas podem ser de diversas áreas como cultura/artes, esporte e lazer, comunicação, saúde, informática, trabalho e outras (reforço escolar, idiomas, conteúdos variados).
2. Oficinas fomentadas pelo MEC, com o objetivo de contribuir para o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural nacional, o enfrentamento da discriminação e do preconceito, o desenvolvimento da cidadania e do protagonismo juvenil. Serão realizadas, entre outras e sempre que possível, oficinas de direitos humanos e cidadania, diversidade e leitura. (BRASIL 2007, p.16)

Do ponto de vista dos objetivos é interessante notar uma discrepância entre o objetivo do programa e a prática observada uma vez que a relação com a educação e com a inclusão social e com a cultura da paz não são assuntos recorrentes e centrais na realidade observada, porém os objetivos centrais de muitos oficinairos circulam sob o espectro do lazer, para o informante 15³:

“ Entrevistador: o que a comunidade ganha com o escola aberta?

Informante 15: o que eu vi que mudou aqui é que vem muitas família tomar chimarrão, e jogar um futebolzinho, sabe, muitas vezes ficavam em casa. Tem um vizinho nossa que diz daqui a pouco eu vou lá ver vocês jogar e tomar um chimarrão. Eles vem conversar as vezes trazem até pipoca.”

Este mesmo depoimento serve para refletirmos sobre os eixos estruturantes, e embora se tenha a pretensão de transpor a prática do PEA a várias dimensões o que se observa de forma mais forte é a consolidação dos espaços escolares em espaços públicos de lazer. Embora as ações do PEA não sejam representadas como educativas, ela está recheada de diferentes tipos de pedagogias, porém a relação mecânica entre participação e conhecimento formal não demonstrou ser palpável nas observações e depoimentos.

Com relação aos conteúdos, embora exista uma preocupação de estender a intervenção em sete áreas, o mais evidente é o do lazer:

“ao entrar na escola”, estava procurando pelo coordenador escolar que é uma pessoa muito referenciada em outras escolas, observei quatro adolescentes jogando basquete em um dos poucos cantos com piso de concreto da escola, quando fui à

³ Informante 15 é oficinairo de esportes do escola aberta morador da comunidade e cursa engenharia eletrônica no Centro Universitário da cidade.

outra direção observei uns 15 garotos jogando futebol de goleirinhos em um campinho de areia bem molhado, quatro casais de aproximadamente 40 anos tomando chimarrão embaixo de umas árvores com seus filhos brincando na pracinha da escola, e mais um grupo de jovens adultos, entre 20 e 30 anos, jogando futsal na quadra da escola, mais umas crianças jogando ping-pong e fla-flu. Depois de muito perguntar encontrei o coordenador escolar. Ele estava concertando um pequeno taco para jogo de taco-bola, e foi quando começamos a conversar. Perguntei a ele que oficinas estavam acontecendo naquele momento e ele respondeu: “a de esporte e a de artesanato”. Fomos à sala que estava acontecendo à oficina de artesanato e aicineira estava sozinha produzindo peças para vender na feirinha da cidade, naquele momento não estava fazendo nenhum atendimento. Quando perguntei sobre quem estava dando oficina de esporte ele respondeu: “está ali enchendo a bola para a gurizadinha menor”. Perguntei qual era a função deste icineiro e o coordenador respondeu: “cuidar do material para que todos utilizem sem estragar” (Diário de campo 20/02/2009)

Este pequeno trecho do diário de campo exemplifica quais são os principais conteúdos do PEA naquela localidade. Com relação ao tipo de oficina, em nenhuma das idas a campo observei uma prática relacionada com aquelas fomentadas pelo MEC.

TRAJETÓRIA DO LAZER NA CIDADE DE NOVO HAMBURGO

O esporte e o lazer em Nova Hamburgo são atividades que se inserem na comunidade concomitantemente ao processo de colonização⁴. Via de regra, as localidades colonizadas por imigrantes alemães (MAZZO, GAYA, 2006) possuíam seu espaço de lazer pautado pelas influências de sociedades e clubes, nesse sentido essas associações se transformaram em espaços de convivência comunitária e de difusão dos esportes de origem germânica, tais como a ginástica artística, o punhobol, o bolão entre outras.

⁴ Novo Hamburgo é uma cidade com 255.945 habitantes localizada à 40 quilômetros da capital Porto Alegre, está localizada no Vale do Sinos. Faz limites com os municípios de São Leopoldo, Estância Velha, Ivoti, Dois Irmãos, Sapiranga, Campo Bom e Gravataí. A região do vale dos Sinos teve sua colonização por imigrantes alemães à partir de 19827, onde primeiramente se formavam povoados e em 1927 foi concedida a emancipação do município (NOVO HAMBURGO, 2009)

Com o passar do tempo às influências da convivência com outras etnias transformaram os clubes em espaços de repercussão da prática esportiva não só de jogos típicos, mas também de esportes que, com o passar do tempo, foram se massificando, a exemplo do futebol, de origem inglesa, que passou a ganhar espaço com eventos na cidade e clubes.

É com esta grande característica, a de utilizar os clubes como centros esportivos e o esporte se constituindo como lazer, que a cidade foi se moldando, tendo incentivos intermitentes do poder público, de escolas, faculdades e da sociedade civil como protagonistas das políticas públicas.

Embora a colonização alemã seja marcante e fundamental para a atual configuração social da cidade, podemos dizer que a migração ocorrida na década de 1980 foi um marco para compreender a atual dinâmica social de nossa região. Entre o intervalo do Censo de 1980 e o de 1991 (BRASIL, IBGE 2009) a população aumentou de 136.503 para 205.668 habitantes, o que representa em uma década o aumento de aproximadamente 50% da população, junto com essa movimentação as demandas sociais como a necessidade de aumento de vagas nas escolas, o aumento de postos de saúde, o aumento de infraestrutura de transporte público, melhoria das vias públicas e a necessidade de se viabilizar espaços alternativos de lazer.

Esta movimentação acarretou profundas mudanças na configuração urbanística e cultural da cidade. Uma vez que, este acréscimo no número de habitantes se deu pela migração de pessoas oriundas de outros lugares do estado onde a colonização se deu por outras etnias européias e sob a influência indígena e africana, no Rio Grande do Sul os lugares colonizados por alemães eram mais fechados no que tange a relação com outras etnias. Este período é marcado pelo início de favelização das periferias da cidade. Para estas pessoas, que estavam chegando, os clubes e sociedades não eram referências de espaços públicos de lazer e neste sentido foram necessárias políticas públicas para responder a estas novas demandas.

Os governos municipais na década de 1980 adotaram uma estratégia de massificar a construção de campos de futebol nas periferias da cidade. Alguns relatos informam que nesse período estes espaços urbanos de lazer eram muito representativos no que se refere à participação da população nesta atividade de lazer local.

Outro elemento a se refletir sobre este período é que os espaços de lazer das camadas mais ricas da sociedade continuavam atuando conforme a tradição da colonização germânica, onde os clubes e as sociedades eram os espaços de interação social tendo o esporte como um dos elementos centrais. Nessa lógica era saudável que as camadas mais baixas possuíssem seu lazer na periferia.

Um espaço de lazer que se configura de uma forma muito significativa nesse período é o dos sindicatos dos trabalhadores, como o crescimento econômico os sindicatos também tiveram um crescimento de associados e de arrecadação considerável, foi nessa época que muitos sindicatos adquiriram patrimônio e passaram a ser mais do que um espaço de reivindicação trabalhista, passaram a ser espaços de convivência onde a prática esportiva, recreativa de lazer e de rendimento era fortemente vivenciada.

Com o advento do neoliberalismo (FORELL, 2008) e da reestruturação produtiva na década de 1990, a cidade entrou em grande crise econômica. O modelo de linha de montagem – Fordismo – implementado nas indústrias de sapatos da cidade não eram mais tão competitivos em um mundo onde existiam menores barreiras comércio internacional. Estes fatores acarretaram diversas mudanças em todos os setores da cidade e, em especial, nas perspectivas de lazer.

Nesta década muitos clubes e sociedades fecharam suas portas, outros entraram em graves crises financeiras. Um bom exemplo é a dívida contraída pelo clube de futebol da cidade que resultou na venda de seu estádio no início dos anos 2000. Muitos clubes diminuiriam sensivelmente o seu número de associados, e alguns como a Sociedade Esperança não resistiu a esta década.

Os campos de futebol da periferia entraram em uma fase de decadência econômica e simbólica. Passaram a receber menos subsídios da prefeitura, e com o advento da massificação do esporte (principalmente do futebol) nos meios de comunicação de massa, muitos trabalhadores deixaram de ver no clube da esquina de casa um espaço identitário, e passaram a utilizar seu tempo livre vendo jogos e consumindo produtos de grandes times de futebol como o Grêmio e o Inter. Outro elemento da falta de credibilidade deste meio foram os campeonatos que acabaram sem chegar ao fim, e a constante denúncia de irregularidades financeiras que cercam estes espaços urbanos.

Os sindicatos passaram a ter menos associados em função da diminuição dos postos de trabalho e da precariedade dos mesmos, ou seja, quanto menos postos de empregos formais, menos associados nos sindicatos. Uma das consequências deste fenômeno foi a utilização das estruturas de lazer dos sindicatos sob a lógica de locação tendo como objetivo a manutenção do patrimônio.

Neste período, o processo de urbanização se deu de forma mais precária, ruas e vilas eram abertas sem condições mínimas de infraestrutura, neste sentido não existia um planejamento para a criação de espaços públicos de lazer e muito menos para a reserva de espaços privados de lazer. Embora Fernandes (2008) demonstre que existe um número significativo de aparelhos esportivos na cidade, constatamos que a distribuição destes aparelhos é precária ou até mesmo inexistente em algumas regiões menos favorecidas de Novo Hamburgo.

Outro elemento importante é a proliferação de quadras e campos esportivos de aluguel, locais privados onde grupos fazem sua prática de lazer sem a necessidade de ter que pagar mensalidades ou ter que participar ativamente de uma diretoria para poder participar. Nestes locais a descontinuidade não é um problema, e não existe uma identidade entre praticantes e o local desta prática.

Em um cenário onde diminuem-se a acessibilidade da população a espaços públicos de lazer e se dá a precarização de espaços privados porém comunitários a proliferação da lógica de mercado se torna pujante e a lógica do mercolazer (MASCARENHAS, 2004). Porém, a tendência de se transferir para a esfera privada a direitos sociais, como o do acesso ao lazer, não se impõe de uniformemente, as necessidades da população continuam existindo sendo elas objeto de políticas públicas ou não.

Neste sentido pensar no PEA como espaço de lazer é compreendê-lo dentro da lógica da terceira via (GIDDENS, 2001), embora possa entender-se que o neoliberalismo e a terceira via seja algo semelhante e em muitas vezes tratado como similar⁵ vale a pena pontuar que:

⁵ Trata-se de um “setor” composto por instituições que, no marco da “ofensiva neoliberal”, assumem responsabilidades que em outro período histórico seriam atribuídas ao Estado. Mais especificamente, importa-nos demonstrar que seu crescimento, principalmente no campo do esporte e do lazer, não deve ser entendido por nossos analistas como algo que democratiza as relações sociais. Deve, muito mais, ser entendido como o fortalecimento da lógica neoliberal no enfrentamento da “questão social”. (HÚNGARO e OLIVEIRA, 2007. p.1).

Para uma melhor discussão ver FORELL, 2008.

Os teóricos da Terceira Via concordam com os neoliberais, que a crise está no Estado, que gastou mais do que podia em políticas sociais e provocou a crise fiscal, só que a estratégia de superação da crise para os neoliberais é a privatização e para a Terceira Via é o Terceiro Setor. O neoliberalismo propõe o Estado mínimo e a Terceira Via propõe reformar o Estado e repassar tarefas para a sociedade civil, sem fins lucrativos. Os dois querem racionalizar recursos e diminuir os gastos do Estado com as políticas sociais e diminuir o papel das Instituições públicas, que como vimos no diagnóstico neoliberal são permeáveis à correlação de forças, o que eles chamam de *rent seeking*, além do que, o Estado foi diagnosticado como ineficiente e o “culpado” pela crise. Como a Terceira Via não rompe com este diagnóstico, ela vai propor repassar para a sociedade civil as políticas sociais executadas pelo Estado que historicamente foram conquistas da sociedade civil organizada em sindicatos e movimentos sociais. (PERONI, 2007, p.8)

Neste sentido, pode-se afirmar que a administração do PEA pelas APEMENS (associação de Pais e Mestres) das escolas se constituem como forma de responsabilizar uma entidade pública de regime jurídico privada, entidade representante da sociedade civil (BOBBIO, 1987) organizada, pela implementação de políticas públicas.

Por outro lado, a utilização do espaço escolar como um espaço de lazer é uma alternativa para a cidade, e principalmente para as regiões mais pobres, para atingir uma população cada vez mais carente da cidade. Nossas observações constataram este fenômeno, pois nas escolas mais periféricas e sem outros aparelhos próximos a movimentação no programa tem se demonstrado mais efetiva do que em escolas onde o capital econômico (BORDIEU, 1983) da população é mais avançado.

A DESVALORIZAÇÃO DO LAZER SOB O ASPETO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA DILUIÇÃO DENTRO DE OUTROS PROGRAMAS

A utilização de programas como o PEA para difundir o acesso de práticas de lazer, e principalmente de práticas esportivas de lazer, é um fato até certo ponto positivo. Por outro lado, o repasse de responsabilidade do estado para entidades públicas-privadas para a manutenção do programa, a subcontratação de pessoas com as mais diferentes formações, a utilização do instrumento jurídico do trabalho voluntário remunerado, e a descontinuidade de atividades gerada pelo conjunto dos fatores citados serão o objeto de nossa análise, sempre levando em conta estes contrastes dentro da realidade local.

O PEA que é operado pelo Ministério da Educação com o apoio da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura) é uma continuidade do apoio deste organismo internacional que vem sistematicamente

apoiando iniciativas envolvendo o fomento do terceiro setor e do trabalho voluntário. Uma das iniciativas anteriores é o projeto amigo da escola onde segundo Altmann:

Por meio de uma ampla campanha na mídia, o projeto Amigos da escola convoca a sociedade civil a prestar serviços voluntários às escolas. A participação da comunidade na escola pode trazer inúmeras contribuições, no entanto, a transferência para ela de responsabilidades do Estado mostra o quanto este tem se eximido de suas responsabilidades sociais (2002, p.77).

Neste sentido, é importante pontuar que do ponto de vista concreto o PEA cumpre com o papel de descentralizar práticas gratuitas de lazer, embora não necessariamente seja este seu principal objetivo. E este processo em várias comunidades tem um massivo reconhecimento e adesão da comunidade atingida. Porém, a forma como ele é estruturado nos abre brechas para fazer algumas reflexões.

A atual configuração do PEA em Novo Hamburgo com o repasse de valores do MEC para as APEMENS das escolas e estes administrando este recurso, de origem controversa⁶, conforme sua demanda gera alguns conflitos entre as noções de público e privado. Embora a APEMEM seja uma entidade pública de direito privado quem administra o de “fato” a contratação de oficinheiros e a prestação de contas é a diretora da escola, e esta por sua vez se submete hierarquicamente ao sistema de ensino. Ou seja, existe uma descentralização da responsabilidade civil, sem uma autonomia integral da entidade. Segundo o Informante 1⁷, que é um dos coordenadores do PEA na cidade:

O grade tendão de Aquiles é este, diretores que não permitem a participação efetiva da comunidade no programa, não ouvem uma vez por mês a APEMEN e dizem, olha este mês teve estas oficinas, vocês querem que continuem estas? querem outras? Querem que abram a biblioteca? Querem que abram a sala de informática? Isso não tem acontecido em algumas escolas.(07/01/2009)

Sobre a questão administrativa tem a seguinte fala:

Te dou um exemplo, em várias escolas que eu chego, e vejo como é o processo de pagamento de uma compra simples, o talão de cheque está assinado pelo presidente da APEMEM, porque o PDDE, que o programa de dinheiro direto na escola especificamente do programa escola aberta, o programa de dinheiro direto na escola aos fins de semana, é na conta da APEMEM. Quem assina a conta da APEMEM? Presidente da APEMEM e a diretora. Com quem fica o talão de cheque? Com a

⁶ Existem muitos boatos sobre a origem dos recursos do PEA, os documentos do MEC simplesmente escondem este dado, porém é consolidado no imaginário das pessoas que circulam neste programa que o recurso é oriundo da UNESCO.

⁷ Este informante é um dos coordenadores do escola aberta do município

diretora com todos os talões assinados. Então ela compra o que quiser como ela bem entender e no final do mês em uma prestação de contas... e em muitas vezes o presidente da APEMEM até semi analfabeto é, temos muitos casos destes, então o poder ainda está na mão da diretora da escola (07/01/2009).

Outro fato importante é a contratação de pessoas com pouca qualificação segundo o informante 14⁸:

Entrevistador: Quais são as maiores dificuldades do PEA na sua escola:

Informante 14: Acho que é encontrar pessoas qualificadas para trabalhar como oficineiro. As oficinas das pessoas que tem pouca qualificação são pouco frequentadas e acaba da gente ter que substituir por outras(ENTREVISTA INFORMANTE 14 em 14/03/09)

Esta descontinuidade observada pelo informante se repete em outras entrevistas e é possível relacionar esta constatação com os relatos de precarização que políticas públicas pautadas pelo terceiro setor possuem e com voluntariado. Segundo Pinto “qualquer programa social que tenha como única fonte de recursos, a disponibilidade e a boa vontade de um voluntário, não pode garantir nenhum tipo de continuidade” (2005, p.210). A citação da referida autora é pertinente para discutir a continuidade da ação pois mesmo que a função seja remunerada, a precariedade da condição trabalhista expõe pessoas desempregadas a fazerem qualquer coisa apara garantirem alguma renda. Porém, quando se deparam com a prática estes oficineiros desistem em função da imobilidade de sua ação frente às expectativas dos atendidos e de si mesmo.

A utilização jurídica do instrumento de trabalho voluntário não se confirma no espectro da representação, segundo o informante 8⁹.

Entrevistador: o que é trabalho voluntário:

Informante 8: é tu fazer alguma coisa pros outros sem ganhar nada em troca.

Entrevistador: qual é a tua opinião sobre você ser enquadrado juridicamente como voluntário e receber uma ajuda de custo?

Informante: Olha... eu penso que talvez não se encaixaria no voluntariado, juridicamente é né, mas tu recebe uma ajuda de custo. Eu recebo aqui mais do que eu ganho no meu estágio, eu faço 30 horas de estágio e ganho 440 se eu fizer 16 horas, 8 no sábado e 8 no domingo eu vou ganhar mais do que isso, pra quem como eu não tem condições de pagar a faculdade e precisa desta ajuda de custo é

⁸ Este informante é professor comunitário de uma das escolas pesquisadas

⁹ Este informante é oficineiro de esportes e acadêmico de educação física no Centro Universitário da cidade.

importante(ENTREVISTA INFORMANTE 8
28/02/2009)

Pensando sob o prisma da flexibilização do trabalho é importante refletir sobre os desdobramentos sociais que este tipo de contratação ocasiona, segundo o informante 1: “E o MEC encima desta experiência exitosa, vendo que conseguiu contratar ao de obra barata, se é qualificada ou não é outra conversa, encima desta experiência cria o programa mais educação” (em 07/01/2009). A constatação do informante é extremamente relevante para se pensar sobre os desdobramentos que a forma de contratação de voluntários pode ocasionar.

A utilização deste tipo de contratação e de modelo de programa constata que embora se discuta academicamente sobre o lazer ser um direito social, do ponto de vista de disseminação de políticas públicas ele é pelo menos marginal, pois as poucas incitativas públicas estão fortemente escritas com as tintas da terceira via, e a utilização do trabalho voluntário denota a falta de reconhecimento deste direito como algo fundamental, pois é concebido, gerido e executado de forma precária em função de sua formulação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados neste artigo, dialogam com a necessidade de se pensar no valor que políticas públicas de lazer tem dentro do conjunto das demais políticas e direitos. Ao poder público não é permitido justificar um investimento em programas de lazer, é necessário relacionar este lazer com as dimensões educativas¹⁰, de inclusão social¹¹ ou de outros benefícios estabelecidos pelas mais diversas relações intelectuais.

O que tentamos demonstrar aqui são os acontecimentos do mundo real, que se relacionam com o aporte teórico da mesma forma que se relacionam com a constituição cultural das comunidades e indivíduos onde estas práticas são desenvolvidas.

Por outro lado, é possível perceber que as dinâmicas macro sociológicas não são distantes do universo empírico, porém a apropriação delas no cotidiano das pessoas se dá através da mediação das mesmas com a trajetória local das comunidades e dos indivíduos.

Por fim, ressaltamos a importância de que o poder público e da sociedade civil compreenda o lazer como um direito social, oportunizando a população espaços e ações que respeitem a cultura local intervindo no desenvolvimento das comunidades e dos indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 77-89, jan./jun. 2002.

BOBBIO, Norberto. O conceito de Sociedade Civil. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

BOURDIEU, P. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. p. 82-121.

BRASIL, IBGE. Extraído do site www.ibge.gov.br em 23/03/2009.

¹⁰ Ver Stigger 2009

¹¹ Sobre esta discussão ver Thomassim 2007

BRASIL, MEC. Programa Escola Aberta. Brasília, 2007.

FERNANDES, L.F.F. A Organização, a Gestão e as Estratégias dos espaços de Esporte e Lazer do Município de Novo Hamburgo - RS. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Gestão do Esporte. Florianópolis-SC, UNIESPORTE/UNISUL, 2008, p. 18.

FORELL, L. . Neoliberalismo e Políticas Públicas Esportivas. In: IV Congresso Sul brasileiro de Ciências do Esporte, 2008, Faxinal do Céu. Livro de Resumos e Informações, 2008. v. 1. p. 104-105.

GIDDENS, Antony. A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HÚNGARO, E. M. ; OLIVEIRA, Bruno Assis de . O crescimento do "terceiro setor" no campo do esporte e lazer: apontamentos críticos. In: XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte/II Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2007, Recife - PE. Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife CBCE, 2007. Recife - PE : Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte/CBCE, 2007

NOVO HAMBURGO, site institucional www.novohamburgo.gov.br extraído em 25/03/2009.

MASCARANHAS, Fernando. “Lazerania” também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. Movimento, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.73-90, maio/agosto de 2004.

MAZZO, GAYAMAZO, Janice; GAYA, Adroaldo Cesar Araujo . As associações desportivas em Porto Alegre (Brasil): espaço de representação da identidade cultural teuto-brasileira. Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, Porto, v. 6, n. 2, p. 205-216, 2006.

MOLINA, Rosane Maria Kreuzburg. O enfoque metodológico qualitativo e o estudo de caso: uma reflexão introdutória. In MOLINA NETO, Vicente e TRIVIÑOS, Nibaldo. A Pesquisa Qualitativa na Educação Física. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Sulina, 1999.

PERONI, Vera M. Vidal. Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado. In: Revista SIMPE – RS, p. 11-33. Porto Alegre, 2007

PINTO, Céli Regina Jardim, A SOCIEDADE CIVIL E A LUTA CONTRA A FOME NO BRASIL (1993-2003) Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n. 1, p. 195-228, jan./abr. 2005.

STIGGER, Marco Paulo. Lazer, Cultura e Educação: possíveis aproximações. In Revista Brasileira de Ciências do Espore, v30, n2, p. 73-88. Campinas, 2009.

THOMASSIM, Luís Eduardo Cunha. Os sentidos da exclusão social na bibliografia da Educação Física brasileira. In Movimento v13, n. 01, p. 151-178. Porto Alegre, 2007

Leandro Forell
Mestrando do programa de Pós Graduação em Ciências do Movimento Humano
UFRGS

Mauro Myskiw
Doutorando do Programa de Pós Graduação em Ciência do Movimento Humano
UFRGS

Endereço: Rua São José do Norte, 236, Jardim Mauá. Novo Hamburgo, RS. Cep 93300-000

Email: lforellpos@hotmail.com

Recursos tecnológicos: Solicito projetor para computador

